

Ministro ataca donos de escolas

BRASÍLIA – As escolas particulares que não diferenciam a sua relação com os pais e alunos de um simples contrato comercial “não merecem o nome de escola”, avaliou ontem o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, ao tratar dos aumentos de mensalidade. Ele criticou ainda a divulgação dos nomes de estudantes inadimplentes pela Internet. “Não sou jurista para emitir parecer sobre isso, mas no meu entender é ilegal. As pessoas que estão na lista têm o direito de acionar a Justiça ou o Procon, para sustar a divulgação pela Internet”, opinou.

Segundo Paulo Renato, cabe

aos próprios estudantes e à comunidade discutir seus direitos com as escolas, evitando os abusos de aumento de mensalidades.

Melhora – O ministro afirmou que a guerra dos reajustes muito acima da inflação já teve períodos críticos no passado, mas tem melhorado na última década. Apenas 10% dos alunos do ensino fundamental e 16% do ensino médio estão matriculados em escolas particulares, ressaltou o ministro.

“São alunos de classe média e alta, filhos de gente que tem condições de defender os seus direitos. No curso superior são maiores de idade, que podem ter voz

ativa nas instituições. Portanto, o caminho realmente é o da participação. O governo não é mediador. O governo fixa regras”, justificou Paulo Renato. Ele garantiu que as normas determinadas pelo Executivo são claras, tanto que medida provisória editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso proíbe as escolas de expulsar o aluno inadimplente durante o ano letivo.

Fundef – Paulo Renato voltou a criticar a postura dos secretários estaduais de Educação, que não ficaram satisfeitos com o reajuste da verba por aluno, que passou de R\$ 315 para R\$ 333 (1ª a 4ª séries) e para R\$ 349,65 (5ª a 8ª séries). “En-

tendemos que estamos cumprindo a lei. Portanto, lamento a posição dos secretários. Não é posição de secretário lançar carta e protesto contra o governo, porque é seu governo também”, rebateu o ministro.

Ele disse que os repasses do Fundo Nacional de Valorização do Ensino Fundamental e Magistério (Fundef) aos estados foram fixados de acordo com as possibilidades orçamentárias e não serão alterados. O ministro enfatizou, ainda, que a União investe R\$ 2,7 bilhões no ensino fundamental, valor que, em governos anteriores, não alcançava R\$ 1 bilhão. (M.L.D.)